

Fonte Jornal de Brasília Class.: 555

Data 9 de dezembro de 1983 Pg.: _____

CNBB denuncia morte de cacique a João Paulo II

“Os crimes praticados contra os índios ficam geralmente impunes. Os povos indígenas vivem ameaçados e espoliados de seus direitos”, diz o Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), D. Luciano Mendes de Almeida, em carta enviada ao Papa João Paulo II e divulgada ontem, onde denuncia o assassinato do líder indígena guarani Marçal de Souza. O fato ocorreu na noite do último dia 25, em Mato Grosso do Sul, na farmácia onde o índio era enfermeiro, no município de Antônio João. Quando da visita do Papa ao Brasil, Marçal fez a ele uma saudação apresentando “com veemência os problemas que os índios vêm enfrentando em nosso país, dentre esses, um dos mais fortes foi, sem dúvida, a denúncia dos assassinatos de líderes indígenas ocorridos naquela época”.

— Não poderia, então, suspeitar que três anos depois seria ele a vítima da mesma violência, salienta D. Luciano, esclarecendo a João Paulo II que Marçal era enfermeiro e trabalhava no órgão governamental de Proteção e Assistência ao Índio (FUNAI), e procurava servir a seus irmãos com dedicação e coragem.

Marçal interessava-se — prossegue D. Luciano — sobretudo por assegurar às aldeias indígenas a posse da terra que lhes é devida desde tempos imemoriais, recusando-se a ceder à ganância dos que cobiçavam estas terras.

— A família de Marçal informou que, há vinte dias, o grande defensor das terras indígenas havia recusado a oferta de Cr\$ 5 milhões para convencer os índios Caiowah da aldeia de Piracuah, município de Bela Vista, a abandonarem suas terras, informa D. Luciano ressaltando que “pessoas do governo local em vez de apurarem o crime, acusaram injustamente a esposa de Marçal de o ter mandado matar.”

CNBB lamenta

O Secretário-Geral da CNBB lamenta, na carta, a série de assassinatos de líderes indígenas do país e diz que nesse ano foram mortos os índios Kaingang, Pataxós Hã-hã-hãe, Maxakali, Xukuru-Kariri.

— Recordamos as palavras de Vossa Santidade em Manaus que continuam sustentando a esperança de que “seja reconhecido o direito de habitar esta terra na paz e na serenidade, sem o temor, verdadeiro pesadelo, de serem desalojados, em benefício de outros, mais seguros de um espaço vital que será a base não somente para sua sobrevivência, mas a preservação de sua identidade como grupo humano”, diz D. Luciano.

Ele espera que “a palavra de Vossa Santidade há de contribuir para que sejam asseguradas condições justas para a sobrevivência dos povos indígenas. Com efeito, os índios têm direito de viver com segurança em suas terras, aguardando que lhes seja feita justiça.”

— Que a prece e o empenho de Vossa Santidade pela causa da Justiça sirvam de conforto à família de Marçal e a todos os que dedicam a vida a serviço dos índios, vítimas de violência e acelerem o dia em que as leis sejam mais justas e cumpridas.